

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-SRP-008/23-SEDUC  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 2023/03.20.001-SEDUC.

DATA DA REALIZAÇÃO: 26/04/2023

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: as 08:00 (horário oficial de Brasília – DF)

LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

O MUNICÍPIO DO ALMEIRIM por meio da PREFEITURA MUNICIPAL, sediada na Rodovia Almeirim Panaicá, nº 510, Bairro: Centro – Almeirim – Pará, CNPJ: 05.139.464/0001-05, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/13, Decreto nº 8.250/2014 e o Decreto nº 9.488/2018, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, das Leis Complementares nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e 147/2014 e 155/2016, do Decreto nº 8.538, de 6 de Outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído ao gestor municipal e propor a homologação. Na ausência ou impedimento do pregoeiro ou equipe de apoio indicados, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela administração municipal.

O Edital estará disponível gratuitamente na página de endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), e outras informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico [cpl.almeirim@gmail.com](mailto:cpl.almeirim@gmail.com).

**OBS:** Em caso de feriado, decretação de ponto facultativo ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização do certame na data fixada para a sua realização, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS QUE OBJETIVA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE E FLUVIAL, AFIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E SEUS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM/PA.**

- 1.2. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas no Pedido ou Nota de Empenho.
- 1.3. Os itens listados no **Anexo I – Termo de Referência** deste instrumento convocatório não serão necessariamente adquiridos em sua totalidade, pois seus quantitativos são estimados, sendo considerados apenas para fins de adjudicação e posterior convocação para assinatura do contrato.
- 1.4. A licitante para a qual for adjudicado item constante do **Anexo I – Termo de Referência**, e for convocada para a assinatura do contrato administrativo, obterá apenas o direito e a exclusividade da execução do objeto referido no item até o término da vigência contratual.
- 1.5. Cumpre-nos alertar a todos os licitantes, para fins de seus planejamentos orçamentários, que os mesmos não estão obrigados a adquirir previamente o objeto constante do **Anexo I – Termo de Referência**, razão pela qual a Administração Pública Municipal não se responsabilizará por prejuízos financeiros sofridos em decorrência de tal atitude, não cabendo, portanto, qualquer direito a indenização.
- 1.6. A quantidade estimada para o presente processo licitatório, relacionado no **Anexo I – Termo de Referência**, deste Edital, serve apenas como orientação, não constituindo, sob hipótese alguma, garantia de faturamento.

## 2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Executiva de Educação de Almeirim;
- 2.2. Serão participantes os seguintes órgãos:
  - 2.2.1. Secretaria Executiva de Educação e seus Fundos (SEDUC);

## 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Para ter acesso ao Sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
  - 3.1.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail [falelcom@portaldecompraspublicas.com.br](mailto:falelcom@portaldecompraspublicas.com.br).
- 3.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
  - 3.2.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à(o) Prefeitura Municipal de Almeirim responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.3. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante e/ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.5. O Pregão será conduzido pela Administração Pública Municipal com apoio técnico e operacional do

Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, mediante a apresentação dos documentos pertinentes, e os que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2.1. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.4. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.6. Entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.3.7. O autor do Termo de Referência, Anexo I deste edital, pessoa física ou jurídica;

4.3.8. As sociedades empresárias:

4.3.8.1. Que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

4.3.8.2. Que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência);

4.3.8.3. Que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

4.3.8.4. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

4.3.8.5. Que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

4.3.8.6. Reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição, devido à natureza do objeto;

4.4. O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante.

4.5. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br/cnep](http://www.portaltransparencia.gov.br/cnep)), para aferição de eventuais

registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

## 5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

5.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.3. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.3.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

5.3.2. Descrição detalhada do serviço cotado, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações on line, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

5.7.1 Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

5.7.1.1. A indicação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.7.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.8. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.

5.9. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas neste Edital.

5.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.11. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema

eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.12. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência;

6.2.1. Também será desclassificada a proposta cadastrada no sistema que identifique o licitante, na descrição dos itens ou em qualquer detalhamento que seja visível antes do fechamento da fase de lance. Mas a proposta enviada em arquivo no campo próprio no sistema deverá conter todas as informações pedidas no edital, conforme ANEXO II;

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

6.2.3. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

6.8.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.9. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.12. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

6.13. Caso um licitante oferte proposta que reduza, o valor do último lance ofertado em mais de 85%, ele terá que apresentar comprovação através de planilha de composição de custos que demonstre a viabilidade dos valores ofertados, conforme precedentes do Tribunal de Contas da União – Acórdãos nº. 2.528/2012 (Relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 571/2013 (Relator Ministro Benjamin Zymler), 1.092/2013 (Relator Ministro Raimundo Carreiro) e 3.092/2014 (Relator Ministro Bruno Dantas), súmula 262 do TCU, não sendo apresentada a devida comprovação a proposta será considerada desclassificada.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

6.16. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.18. Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

## 7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e/ou negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

7.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

7.2.2. A proposta deve conter:

- a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
- b) O preço unitário e total para cada serviço cotado, especificados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) A descrição do serviço cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
- d) A indicação da marca do serviço cotado.
- e) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data

prevista para abertura da licitação;

- f) Preço unitário e total;
- g) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

7.3. O não envio da proposta ajustada por meio do sistema com todos os requisitos elencados no subitem 7.2.2, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

7.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

7.5. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.

7.5.1. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

7.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.

7.7. O Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no item 7.2.

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8.1. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos no itens 8.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina estabelecida no item 8 deste edital, se for o caso.

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta:

7.11.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

7.11.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

7.12. Caso necessário, o Pregoeiro solicitará do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar a apresentação de amostra(s), que deverá(ão) ser apresentada(as) no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da solicitação, junto ao Órgão Solicitante, para conferência do serviço com as especificações

solicitadas no Termo de Referência:

7.12.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceitável(eis), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.13. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.13.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.14. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

7.15. Todos os licitantes que tiverem suas ofertas regularmente aceitas deverão encaminhar proposta no prazo máximo de 2 (duas) horas por meio de campo próprio do sistema, sob pena de desclassificação, com as seguintes documentações:

7.15.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, com o compromisso de informar ocorrências supervenientes, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o nº. da identidade do declarante.

7.15.2. Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de pessoal, empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

7.15.3. Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

7.15.4. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º, da Lei 8666/93).

7.15.5. Declara para os devidos fins que não possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008), em função de possuir menos de 20 (vinte) funcionários em seu quadro de pessoal.



## 8. DO EMPATE:

8.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 (ou norma estadual ou municipal que discipline o tratamento diferenciado para MEs / EPPs), mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

8.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item 8.1, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

8.1.2. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame;

8.1.3. Não apresentada proposta na condição acima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.6. O disposto nos subitens 8.1.1 a 8.1.5, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.1.7. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

8.2. Se o pregoeiro observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.2.1. Utilização de bens e serviços produzidos no Brasil;

8.2.2. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

8.2.3. Utilização de bens e serviços produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;

8.2.4. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

8.2.5. Sorteio.

8.3. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.

## 9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta

classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 9.1.1. SICAF;
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br/](http://www.portaldatransparencia.gov.br/));
- 9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seus sócios, por força dos artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar todos os documentos pedidos no edital que não estiverem inseridos no SICAF.

I – As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices contidos no cadastro do SICAF, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns) cotado(s) constante do Anexo I, **que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer.**

a) A comprovação deverá ser feita quando da habilitação, apresentando o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrados, ou pelo registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, conforme regulado pelo subitem 9.3.3 deste edital.

9.2.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar como situação do fornecedor algum documento com validade vencida deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

9.3. Os licitantes cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, deveram apresenta toda documentação pedida no edital que não estiverem inseridas no SICAF, e os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

#### 9.3.1. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br/](http://www.portaldoempreendedor.gov.br/);

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:

IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

V - Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;

VI - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VII - Cédula de identidade e CPF do proprietário e dos respectivos sócios se houver;

VIII - Certidão específica emitida pela junta comercial da sede da licitante, devidamente atualizada, onde se possam extrair as seguintes informações:

a) A existência de empresa e/ou participação societária em nome da(s) pessoa(s) física(s) e/ou jurídica(s) SÓCIAS da licitante.

IX - No caso de cooperativa: ata da fundação e estatuto social em vigor, com ata da assembleia que aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no registro civil das pessoas jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764 de 1971.

9.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 9.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

I – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

IV – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

V – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

VI – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

9.3.2.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

9.3.2.2. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

### 9.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I – Certidão Negativa de Falência, Concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), juntamente com a Certidão Negativa de (Nada Consta) na Distribuição (Ações de Falências e Recuperações Judiciais) originária do site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993, em nome da pessoa jurídica e dos seus sócios, juntamente com a Certidão de Distribuição de Ações Cíveis no âmbito Federal de competência da unidade jurisdicional da sede da Licitante, em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar no documento, através do sitio do Tribunal Regional Federal.

II – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente, registrado na junta comercial, que comprove a real situação financeira da empresa, devendo conter a assinatura dos sócios e do contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, vedado a sua substituição por balancete ou balanços provisórios. O balanço deverá vir acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional do Contador (CRP), CERTIFICANDO que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR junto ao referido Conselho, contendo número, validade e finalidades de Balanço Patrimonial e Editais de Licitação, de acordo com a Resolução nº 1.402/2012- CFC, juntamente com a certidão simplificada emitida pela Junta Comercial, que deverá acompanhar a documentação acima aludidas, comprovando estar o mesmo em vigor, com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da abertura do presente certame.

- a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

- c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 01 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o(s) item(ns)/lote(s) cotado(s) constante(s) do Anexo I deste edital.

#### 9.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.3.4.1. No mínimo 01 (um) atestado de capacidade Técnica ou Declaração, emitido por entidade da

administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, ou de empresa privada com firma reconhecida em cartório, que certifique de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial.

- a) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras das empresas proponente, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente;

#### 9.3.4.2. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL – Exigências da Delegacia Fluvial e Código Nacional de Trânsito.

- a) Os veículos sublocados, a empresa licitante deverá apresentar declaração formal do proprietário do(s) veículo(s), com o tipo de veículo, nome completo, rg e cpf do proprietário, autorizando a indicação/disponibilidade do(s) veículo(s) para execução dos serviços.

9.3.4.3. A licitante fica obrigada a apresentar após a assinatura do contrato com a SEDUC, o contrato de sublocação juntamente com:

- a) Cópia Autenticada da Carteira de Amador dos comandantes e pilotos que irão dirigir os veículos;
- a.1) Laudo de vistoria da embarcação emitido pelo órgão responsável atestando a aptidão/regularidade para execução dos serviços de transporte;
- b) para cada embarcação, deverá ser apresentado a seguinte documentação:
- - Inscrição da embarcação na Capitania dos Portos;
  - - Certificado de segurança na navegação;
  - - Equipamentos de salvatagem (coletes salva-vidas suficientes com o número de passageiros conforme lugares da embarcação);
  - - Equipamentos contra incêndio;
  - - Equipamentos de comunicação (rádio/celular);
  - - Equipamentos de emergência;
  - - Material de primeiros socorros;
  - - Água para higiene pessoal e consumo (somente para barco);
  - - Atestado de antecedente criminal do piloto;
  - - Possuir piloto habilitado pela Capitania dos Portos com categoria adequada ao porte da embarcação;
- c) Deverão oferecer todo o acessório necessário à segurança dos passageiros, tais como: cinto de segurança, lanternas de sinalização, etc.
- d) O abastecimento de combustível dos veículos será de responsabilidade da empresa contratada.
- e) Providenciar substituição imediata dos veículos que apresentar defeito ou esteja, fora das especificações exigidas ou em estado de má conservação, com condições de pronto atendimento;
- f) Será de responsabilidade da Contratada o pagamento de taxas, impostos, bem como de tráfico, tais como: multas e pedágio;
- g) Apresentar os veículos e embarcações limpas e com manutenção em dia;
- h) Estar no local e hora marcados para a saída da delegação, com antecedência mínima de 02 (duas) horas

antes do horário marcado.

- i) A utilização dos serviços será conforme as necessidades da Prefeitura Municipal de Óbidos, bem como suas Secretarias;
- j) Serão de responsabilidade da Contratada as despesas com pagamento de serviço de pessoal.
- k) Será de responsabilidade da Contratada a contratação de um motorista e/ou piloto fluvial;
- l) Atender de imediato às solicitações quanto às substituições de pessoal (motorista/piloto) que venha a ser considerado inadequado à prestação dos serviços de transporte;
- m) Disponibilizar a cada motorista e/ou piloto e monitor, uniforme completo que deverá ser utilizado diariamente na execução dos serviços prestados;
- n) Deverá cumprir os horários e dias estipulados por esta Administração com vistas a não permitir prejuízos na carga horária de até 06 (seis) horas diárias;
- o) Cumprir o percurso estabelecido, conforme solicitação do CONTRATANTE.

**OBS: Os veículos deverão ter no máximo 10 (dez) anos de fabricação.**

9.3.4.4. As licitantes que desejam prestar o serviço à Secretaria Executiva de Educação de Almeirim, deverão apresentar atestado que comprove a inexistência de irregularidade na prestação de serviço, fornecido pela Secretaria Executiva de Educação de Almeirim, solicitado antecipadamente a abertura da sessão.

#### 9.3.5. ATENDIMENTO AO ART. 7º, INC. XXXIII DA CONSTITUIÇÃO

9.3.5.1. Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

#### 9.4. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

9.4.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

9.4.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.4.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.4.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

9.4.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.4.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Secretaria Executiva de Educação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

9.4.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

- a) Da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e
- b) Da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

## 9.5. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

9.5.1. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referirem-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

9.5.2. Os documentos inseridos no portal de compras Públicas que não tiverem forma de autenticação e conferência via internet, deverão ser encaminhados pela empresa vencedora no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, autenticados em cartório por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou apresentados em cópia simples acompanhadas ao original para autenticação por servidor/funcionário da Prefeitura Municipal de Almeirim, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

9.5.3. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que não havendo expresse prazo de validade deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias (itens 9.2.1, II, e 9.3.3, I).

9.5.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.5.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

9.5.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.5.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina prevista neste edital para aceitação da proposta subsequente.

9.5.8. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

9.5.9. O Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio poderá promover diligências necessárias para averiguar a conformidade dos documentos apresentados, conforme dispõe o § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

9.5.10. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

9.5.11. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas)**

horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme item 7.
- 10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento. A falta dessas informações será critério de invalidação da Proposta.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  - 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 30 (trinta) minutos.
- 11.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 11.3. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, salvo por intenção genérica ou sem motivação clara.
- 11.4. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer a sede da Prefeitura Municipal de Almeirim, situada na Rodovia Almeirim Panaicá, nº 510, Centro, CEP 68.230-000, Almeirim-PA, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 13:00hs.
- 11.5. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.
- 11.6. As razões e contrarrazões serão recebidas no protocolo da sede da Prefeitura Municipal de Almeirim, conforme endereço citado no subitem 11.4, aos cuidados do Pregoeiro, ou via sistema em campo próprio.
- 11.7. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informados à autoridade competente para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante do item 11.4.
- 11.10. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

## 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### 13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor e dos licitantes que aceitarem cotar preços iguais aos deste, observada a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O Prazo de Vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme determina o art. 12 do Decreto Federal Nº 7.892.

### 14. DO TERMO DE CONTRATO OU OUTRO INSTRUMENTO

14.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.

14.2. O prazo de vigência e as condições de reequilíbrio e/ou revisão de preços, observarão as cláusulas contratuais ou as disposições constantes de instrumento equivalente.

14.3. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação.

14.4. O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

14.4.1. Alternativamente à convocação para a assinatura do termo de contrato, a Secretaria Executiva de Educação poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.4.2. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

14.4.3. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.5. O Termo de contrato, **Anexo IV** deste Edital, ou instrumento equivalente, estabelecerá as hipóteses, prazo e condições de prestação das garantias.

14.6. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

14.7. Será designado um Fiscal para o contrato, que desempenhará as atribuições previstas em lei.

14.8. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Pregão.

14.9. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## 15. DO REAJUSTE

15.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato ou outro instrumento.

15.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços prestados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado.

16.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente executados/entregues.

16.2.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada impede o pagamento, ensejando a adoção de providências para o sancionamento da empresa e rescisão contratual.

16.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, e o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, desde que comprove, por meio de documento oficial, que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

16.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $I = 0,00016438$

$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}$

TX = Percentual da taxa anual = 6%. 365

## 17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da 8.666/93 e a Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 17.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 17.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 17.1.3. apresentar documentação falsa;
- 17.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 17.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.6. não mantiver a proposta;
- 17.1.7. cometer fraude fiscal;
- 17.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

17.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

17.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 17.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 17.4.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 17.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 17.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Almeirim, pelo prazo de até cinco anos;

17.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

#### **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

18.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A impugnação poderá ser realizada somente no sistema eletrônico.

18.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente via sistema, na página eletrônica [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

#### **19. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

19.1. De acordo com o art. 22 do Decreto Federal Nº 7.892, a ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Federal Nº 7.892.

19.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação, desde que este serviço prestado não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

19.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

19.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

19.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, somente iniciando-se e vencendo-se os prazos em dias de expediente na Administração Municipal.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), e os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## 21. DOS ANEXOS:

21.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.1.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 21.1.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;
- 21.1.3. ANEXO III – Minuta da ata de registro de preços;
- 21.1.4. ANEXO IV – Minuta de Contrato;

Almeirim/PA, 12 de abril de 2023.

**AUTORIDADE COMPETENTE**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 008/2023.**

O presente Termo de Referência tem por objetivo:

**1 – OBJETO:**

**1.1. REGISTRO DE PREÇOS QUE OBJETIVA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE E FLUVIAL, AFIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E SEUS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM/PA.**

**2 – JUSTIFICATIVA:**

2.1. O presente processo licitatório justifica-se considerando o benefício o referido serviço de transporte escolar, o relevante serviço se faz necessário, devido as aulas estarem voltando parcialmente através do sistema híbrido, e assim sendo de suma importância a fim de dar continuidade aos serviços essenciais realizados ao decorrer do ano, como, transporte escolar, terrestre e aquático, na zona urbana e rural, para realização destes serviços mencionados é necessário o uso constante de veículos automotores de pequeno, médio e grande porte, embarcações para regiões ribeirinhas do município de Almeirim-PA. Logo a licitação se faz necessária devido ao município de Almeirim não dispor de frota própria suficientes para atender as demandas necessidades ora citadas. Ressaltamos que no art.205/ da C.F versa sobre a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família. A SEDUC reitera que todos os esforços estão sendo empenhados para que possamos cumprir ofertas aos alunos do Município, um serviço de qualidade no ensino e que o aprendizado possa ocorrer da melhor forma possível e com segurança de todos.

**3 – DO LOCAL E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

3.1. O objeto do presente termo de referência será entregue de FORMA PARCELADA de acordo com as necessidades da Secretaria Executiva de Educação do Município de Almeirim - PA.

3.2. O serviço solicitado deverá ser prestado nos dias e locais definidos pela CONTRATANTE, na Cidade de Almeirim e no distrito de Monte Dourado, sem qualquer custo para a execução do serviço, conforme cronograma de entrega definido, e será acompanhada por fiscal designado especialmente para tal fim, o qual será responsável pelo atesto do ato;

3.3. O transporte escolar será executado na zona urbana e rural com destino as escolas, através de ônibus, micro ônibus, vans, Kombi, conforme especificações constantes no Termo de Referência, e Anexos, que passam a fazer partes integrantes de processo e Edital independente de transcrição;

a) Caberá à Divisão de Transporte, a responsabilidade de gerenciar os serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas e linhas percorridas, além de verificar o número de alunos que serão indicados na planilha de atendimento fornecida pela assessoria da SEDUC, conforme as informações dos diretores.

b) Os serviços serão executados através de veículos tipo Ônibus, micro ônibus, vans, Kombi e embarcações, apropriados, em turnos alternados, trafegando em estradas pavimentadas, não pavimentadas, ramais, rios, lagos e igarapés, e estarem em perfeito estado de uso e conservação seguindo o que rege a legislação própria

para o fornecimento do serviço além de estarem disponíveis para execução imediata após a comunicação formal desta Secretaria, sendo que os serviços serão executados nos dias letivos, hora e locais que serão estabelecidos pela Secretaria Executiva de Educação deste Município, podendo haver alterações dos mesmos a qualquer hora e momento, desde que haja necessidade e que esteja de comum acordo.

c) As ROTAS poderão por necessidades e conveniência da Secretaria Executiva de Educação ser complementadas aos sábados em que as escolas considerarem como suplemento do ano letivo.

d) Os veículos e embarcações deverão estar em perfeito estado de conservação e com as manutenções em dias.

e) Os veículos e embarcações deverão estar seguindo rigorosamente o que tange a legislação de trânsito e da NORMAN que rege as embarcações Marítimas.

f) Os motoristas e marinheiros que conduzirem o Transporte Escolar, deverão estar devidamente habilitados em suas categorias.

g) Os motoristas e marinheiros que conduzirem o Transporte Escolar, deverão estar vestidos adequadamente para atender os alunos, tratando-os de forma respeitosa sem qualquer tipo de envolvimento além do profissional.

h) É necessário salientar que existe uma diferença de gastos com o transporte, quando o mesmo trafega em estradas pavimentadas e estradas não pavimentadas, nos barcos o gasto aumenta de acordo com a lotação, potência do motor, tipo de percurso, assim a empresa que concorrer deverá ter conhecimento do percurso, para depois não alegar que não poderá realizar o transporte.

i) As embarcações tipo bajaranas deverão ser cobertas, identificadas com o dístico de ESCOLAR e com todos os itens de segurança cobrados pela legislação.

j) Os veículos tipo ônibus, Micro ônibus, Vans e Kombi, destinados ao transporte escolar deverão seguir a legislação vigente, que entre os artigos cobra, cinto de segurança, extintores, controladores de velocidade (tacógrafo), coletes salva vidas, dístico de identificação de veículo ESCOLAR entre outros.

k) As empresas contratadas para execução dos serviços de Transporte de Escolares, deverão apresentar a Divisão de Transporte, cópia de documentação:

- Habilitação do condutor na categoria adequada.
- Curso de condutor de transporte de Escolares Documentação dos veículos atualizada.
- Carteira de Marítimo adequada ao transporte.
- Título atualizado da embarcação.

l) Fica a cargo da Divisão de Transporte alterar caso necessário e após verificação a descrição das rotas ou quilometragem de percurso seja para acrescentar ou retirar.

m) O Contratado deverá arcar com todas as despesas vindas da prestação do serviço, tais como combustível.

n) Declaração devidamente assinada pelo seu representante legal, declarando que tomou pleno conhecimento das condições locais e das rotas, abdicando assim a empresa a qual representa, do direito de alegar desconhecimento acerca de qualquer dificuldade que porventura venha a surgir no transcorrer da execução dos serviços objeto do presente certame

3.4. A prestação dos serviços deverá ocorrer em até 12 (doze) horas após a solicitação, que se dará pelo órgão requisitante, conforme necessidade da contratante;

**4 – DOS ITENS:**

ITEM	DESCRIÇÃO DE ROTAS	TURNO	TIPO DE VEÍCULO	TIPO DE COMUBUST.	QUANT. DE COMBUST. DIÁRIO	DIAS TRAB. ANUAL
<b>REGIÃO DO DISTRITO DE MONTE DOURADO</b>						
1	PORTO DE MUNGUBA/ESCOLA MUNICIPAL PEDRO CALDAS/MTD	MANHÃ/ TARDE	ÔNIBUS	DIESEL	2.030	203
2	REPARTIMENTO/BRAÇO/ESC. MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/MTD	MANHÃ	ÔNIBUS	DIESEL	10.150	203
3	MORADA NOVA/SÃO MIGUEL/ESC. MUNICIPAL SÃO MIGUEL/MTD	MANHÃ	KOMB	GASOLINA	4.060	203
4	MORADA NOVA/NOVA VIDA /MORADA NOVA/MTD	MANHÃ/ TARDE	KOMBI	GASOLINA	4.060	203
5	RAMAL DO BURITIZAL/ESTRADA NOVA /RECREIO	TARDE	CARRO COM 4 LUGARES	DIESEL	3.045	203
6	RAMAL DO PIMENTAL/ESC. MUNICIPAL DA AMIZADE.MTD	MANHÃ TARDE	KOMBI	GASOLINA	2.436	203
7	RAMAL DO PIMENTAL/ ESTRADA NOVA/RAMALDO RECREIO /ESCOLA FREI FRAGOSO. /MTD	TARDE	KOMBI	GASOLINA	5.075	203
8	COMUNIDADE DOS GATOS/ TIN-INGUI/ESC. MUNICIPAL ANTÔNIO GOMES M. JR./ RETORNO	TARDE	KOMBI	GASOLINA	3.045	203
9	RAMAL DO JACARÉ/ESCOLA MONTE DORADO M/RETORNO	TARDE	KOMBI	GASOLINA	1.218	203
10	RAMAL DO BITUBINHA/KM 25/ MONTE DOURADO/RETORNO P/ ESCOLA AGOSTINHO GUERRA/ESCOLA MUNICIPAL DE MTD.	MANHÃ/ TARDE	KOMBI	GASOLINA	2.436	203
11	PLANALTO/MONTE DOURADO/ESCOLA MUNICIPAL AGOSTINHO GUERRA/MTD	MANHA/ NOITE	ÔNIBUS	DIESEL	6.090	203
12	SÃO MIGUEL/ BRAÇO/ MONTE DOURADO ESCOLA AGOSTINHO GUERRA/ RETORNO-MTD	NOITE	ÔNIBUS	DIESEL	10.150	203
13	MUNGUBA/MONTE DOURADO E RETORNO. ESCOLA MUNICIPAL AGOSTINHO GUERRA/MTD	MANHÃ	ÔNIBUS	DIESEL	6.090	203
14	PORTO MTD/MATADORO/FACEL/RABO DA GATA/ ESCOLA MUNICIPAL	MANHÃ E TARDE	ÔNIBUS	DIESEL	8.120	203
15	PORTO MTD/MATADORO/FACEL/RABO DA GATA/COLEGIO POSITIVO	MANHÃ E TARDE	ÔNIBUS	DIESEL	8.120	203
16	BANANAL/PONTE MARIA/SÃO MILITÃO/PONTE VITAL/MTD. ESCOLA MUNICIPAL AGOSTINHO GUERRA/ESCOLA MUNICIPAL MONTE DOURADO/MTD	TARDE	KOMBI	GASOLINA	2.436	203
17	COMUNIDADE PEDRAL/ESC. SÃO MIGUEL/RETORNO.	MANHA	KONBI	GASOLINA	1.624	203
18	EMCRUZO/PANAMINHA/SERRA GRANDE E RECREIO. MTD	TARDE	CARRO COM 4 LUGARES	DIESEL	3.045	203
19	VILA NOVA/REPARTIMENTO/VILA NOVA	MANHA/ TARDE	KOMBI	GASOLINA	1.015	203



**Prefeitura Municipal de Almeirim**  
*Estado do Pará*  
*Poder Executivo*

	MTD					
20	LAGO BRANCO ESCOLA DO SÃO MIGUEL MTD	MANHÃ	CARRO COM 4 LUGARES	DIESEL	2.436	203
21	RAMAL DO 12 ESCOLA DE SÃO MIGUEL	TARDE	KONBI	DIESEL	2.436	203
22	CAFÉ/RAMAL DO CHAGAS ESCOLA PARAIOSO DO SABER.	MANHÃ/ TARDE	CARRO COM 4 LUGARES	DIESEL	812	203
23	BANDEIRA, BRAÇO/SÃO MIGUEL/RETORNO	NOITE	KOMB	GOSOLINA	1.421	203
24	PALHETA/ESC. SANTA MARIA E RETORNO/MTD	MANHÃ	RABETA/TOYAMA 15 HP	GASOLINA	1.015	203
25	SANTA MARIA/PONTE CARACURÚ/ESC. MONTE DOURADO E RETORNO/MTD	MANHÃ/ TARDE	RABETA/HONDA 13 HP	GASOLINA	1.218	203
26	LAGO DO MAPAÚ/ESC. CASTELO BRANCO (RAMAL DO BURITIZAL E RETORNO/MTD	MANHÃ/ TARDE	RABETA/HONDA	GASOLINA	1.218	203
27	CASTANHALZINHO/ESC. PEDRO CALDAS BATISTA/MUNGUBA E RETORNO/MTD	MANHÃ	RABETA/HONDA 13 HP	GASOLINA	1.218	203
<b>REGIÃO CHIACAIA</b>						
28	COMUNIDADE BACABAL, PENIEL/ATÉ A ESC. 31 DE MARÇO.	MANHÃ	YANMAR NSB 18 BARCO	DIESEL	1624	203
29	COMUNIDADE BACABAL, PENIEL/ATÉ A ESC. 31 DE MARÇO.	MANHÃ	PEC 69	GASOLINA	4060	203
30	COMUNIDADE NOVO SANTO ANTÔNIO, /SÃO SEBASTIÃO TUCUMANDUBA. PRAIA VERDE E FÉ EM DEUS ATÉ A ESCOLA 31 DE MARÇO/SEI	Tarde	Motor 90 HP Lancha	GASOLINA	5075	203
31	COMUNIDADE NOVO SANTO ANTÔNIO, /SÃO SEBASTIÃO TUCUMANDUBA. PRAIA VERDE E FÉ EM DEUS ATÉ A ESCOLA 31 DE MARÇO/SEI	Manhã	Motor 90 HP Lancha	GASOLINA	5075	203
32	COSTA DO IPANEMA ATÉ A ESCOLA 31 DE MARÇO	Manhã	Motor 40 HP Lancha	GASOLINA	5.075	203
33	RIBEIRINHOS DA COMUNIDADE LAGO BRANCO/ATÉ A ESC.Nº Sª DA CONCEIÇÃO.	Manhã/ Tarde	Honda 13 HP Rabeta.	GASOLINA	1015	203
34	RIBEIRINHOS DA COMUNIDADE PEDREIRA/ATÉ A ESC..Nº Sª DA CONCEIÇÃO.	Tarde	Honda 13 HP Rabeta.	GASOLINA	1421	203
35	RETIRO JANUÁRIO/ATÉ A ESC..Nº Sª DA CONCEIÇÃO.	Manhã / Tarde	Motor 15 HP Lancha	GASOLINA	3.045	203
36	COMUNIDADE PRAIA VERDE L E LL/ATÉ A ESC. SÃO JUDAS TADEU	Manhã/ Tarde	Yanmar NSB 18 Barco	DIESEL	2.030	203
37	COMUNIDADE BOA VISTA/ATÉ A ESC. NOVO HORIZONTE.	Manhã	Yanmar NSB 12 Barco	DIESEL	1421	203
38	COMUNIDADE BOA VISTA/ATÉ A ESC. NOVO HORIZONTE	Tarde	Yanmar NSB 18	DIESEL	1421	203
39	COMUNIDADE CARNAÚBA/ATÉ A ESC. NOVO HORIZONTE.	Tarde	Motor 15 HP Lancha	GASOLINA	2436	203
40	COMUNIDADE BOA VISTA/ATÉ A ESC. NOVO HORIZONTE.	Tarde	Motor 40 HP Lancha	GASOLINA	3045	203
41	COMUNIDADE FAZENDA GRANDE/ATÉ A ESC SÃO JOÃO JUTAÍ.	Manhã/ Tarde	Motor 40 HP Lancha	GASOLINA	5075	203
42	RIBEIRINHOS DO RIO JUTAÍ/ATÉ A ESC. SÃO JOÃO/JUTAÍ	Manhã/ Tarde	Motor 60 HP Lancha	GASOLINA	3045	203

**Prefeitura Municipal de Almeirim**  
*Estado do Pará*  
*Poder Executivo*

43	COMUNIDADE FURO DA PRAIA/ATÉ A ESC. SÃO JOÃO/JUTAÍ	Tarde	Motor 20 HP Lancha	GASOLINA	2030	203
44	COMUNIDADE ARAMUN/ATÉ A ESC. SÃO JOÃO/JUTAÍ	Manhã/ Tarde	Motor 15 HP Lancha	GASOLINA	2.030	203
45	ILHA DA TERRA FIRME ATÉ A ESCOLA.	Manhã/ Tarde	Rabeta 13 HP	GASOLINA	1.015	203
46	RETIRO VIOLA (ARAMUN) ATÉ A ESCOLA SÃO JOÃO	Manhã/ Tarde	Rabeta 13 HP	GASOLINA	1624	203
47	COMUNIDADE PARANAQUARA, SÃO FRANCISCO E SÃO JUDAS/ATÉ A ESC.LAURO SODRÉ.	Manhã	Honda 60 HP Lancha	GASOLINA	2436	203
48	COMUNIDADE SANTO ANTONIO, SÃO BENEDITO/ATÉ A ESC.LAURO SODRÉ.	Manhã	Honda 40 HP Lancha	GASOLINA	1624	203
49	COMUNIDADE PARANAQUARA, SÃO FRANCISCO E SÃO JUDAS/ATÉ A ESC.LAURO SODRÉ.	Tarde	Honda 115 HP Lancha	GASOLINA	2436	203
50	COMUNIDADE SÃO BENEDITO E SANTO ANTONIO /ATÉ A ESC.LAURO SODRÉ.	Tarde	Suzuki 90 HP Lancha	GASOLINA	4060	203
51	COMUNIDADE FURO GRANDE E MENINO DEUS, GUARIBA /ATÉ A ESC.LAURO SODRÉ.	Manhã/ Tarde	Honda 15 HP Lancha	GASOLINA	4060	203
52	TERRA FIRME, COMUNIDADE TAUERÚ /ATÉ A ESC.LAURO SODRÉ.	Manhã	Honda 40 HP Lancha	GASOLINA	3045	203
53	SÃO JOSÉ DA PERDREIRA, SÃO JOÃO JUTAÍ, FURO DA PRAIA, SÃO BENEDITO, SANTO ANTONIO, BOA VISTA, NOVO HORIZONTE ATÉ A ESCOLA LAURO SODRÉ. (SEI)	Manhã	Honda 90 HP Lancha	GASOLINA	6090	203
54	SÃO JOSÉ DA PERDREIRA, SÃO JOÃO JUTAÍ, FURO DA PRAIA, SÃO BENEDITO, SANTO ANTONIO, BOA VISTA, NOVO HORIZONTE ATÉ A ESCOLA LAURO SODRÉ. (SEI)	Tarde	Honda 90 HP Lancha	GASOLINA	6.090	203
55	SÃO JOSÉ DA PEDREIRA ATÉ A BOCA DO ARAMUM	Manhã/ Tarde	Honda 13 HP. Rabeta	GASOLINA	2.030	203
56	COMUNIDADE SANTA HERMITA/ ATÉ A ESC. SÃO SEBASTIÃO TUCUMANDUBA.	Manhã/ Tarde	Honda 13 HP. Rabeta	GASOLINA	1.624	203
57	COMUNIDADE RECREIO/ATÉ A ESC. SÃO SEBASTIÃO TUCUMANDUBA.	Manhã Tarde	Honda 13 HP Rabeta	GASOLINA	2.030	203
58	RIBEIRINHOS DA VILA PEDREIRAS/ATÉ A ESC. SÃO JOSÉ PEDREIRAS	Manhã Tarde	Toyamma 13 HP Rabeta.	GASOLINA	1.380	203
59	RIBEIRINHO DA COMUNIDADE FURO DA PRAIA/ATÉ A ESC. Nº Sª DA CONCEIÇÃO	Manhã	Yanmar NSB 18	DIESEL	2.030	203
60	PIRATININGA/PARATÚ/JOAQUIM/ ATÉ A ESCOLA Nº Sª DA CONCEIÇÃO	Manhã Tarde	Honda 13 HP.	GASOLINA	2.030	203
61	RIBEIRINHOS DA ILHA DO IPANEMA (MARGEM DIREITA) /ATÉ A ESC. SÃO FRANCISCO.	Manhã/ Tarde	Yanmar NSB 18 Barco	DIESEL	2.030	203
62	COSTA DA ILHA DO IPANEMA/ATÉ A ESC. SÃO FRANCISCO.	Manhã Tarde	Yamaha 40 HP Lancha	GASOLINA	4.060	203
63	COMUNIDADE CURUPATÍ/ATÉ A ESC. SÃO FRANCISCO.	Manhã Tarde	Yanmar NSB 18 Barco	DIESEL	2.030	203
64	COSTA DA ILHA DO IPANEMA/ATÉ A ESC. SÃO FRANCISCO.	Manhã Tarde	Honda 15 HP	GASOLINA	2.030	203
65	COMUNIDADE PERIQUITO, BOCA DO ARAGÃO ATÉ A ESC. SÃO FRANCISCO	Manhã	Yanmar 18 HP	GASOLINA	3.654	203
66	COMUNIDADE PERIQUITO, BOCA DO ARAGÃO ATÉ A ESC. SÃO FRANCISCO	Tarde	Yamaha 40HP Lancha	GASOLINA	3.654	203

**Prefeitura Municipal de Almeirim**  
*Estado do Pará*  
*Poder Executivo*

67	RIBEIRINHOS DO BACABAL ATÉ A ESCOLA SANTA HELENA	Manhã Tarde	Yanma 18 HP	DIESEL	1.624	203
<b>TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA URBANA</b>						
68	ESTRADA DE ARUMANDUBA /RAMAL DO PORTUGUÊS/KM 13/RAMAL DA MARIETA E RETORNO	TARDE	KOMBI	GASOLINA	4.060 LT	203
69	ESTRADA VILA BARROS/ 7 SETEMBRO/ CENTRO/RUA VEREADOR ORIVALDO /RETORNO	MANHÃ TARDE	MICROONIBUS	DIESEL	4.060 LT	203
70	BURITIZAL/ 7 DE SETEMBRO/ CENTRO/ MATINHA / RETORNO	MANHÃ TARDE	MICRO-ÔNIBUS	DIESEL	4.060 LT	203
<b>ZONA RURAL ARRAIOLOS</b>						
71	RIBEIRINHOS DA COMUNIDADE BOA FÉ (PARTE DE BAIXO) ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ/ TARDE	Yanmar NSB 18 Barco	DIESEL	2.436	203
72	COMUNIDADE SÃO SEBASTIÃO / ATÉ A COMUNIDADE BOA FÉ ONDE FICA A ESCOLA.	TARDE	Motor 40 HP Lancha	GASOLINA	4.669	203
73	IGARAPE DA MOITA AO RETIRO BOM PAI ATÉ A ESCOLA FÉ E ESPERANÇA.	MANHÃ/ TARDE	Yanmar NSB 18 Barco	DIESEL	2.436	203
74	GARAPÉ DA MOITA VAI ATÉ O BANGALÔ, ENTRA NO FORMIGA ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ/ TARDE	Honda 13 HP Rabetá	GASOLINA	4.669	203
75	GARAPÉ DA MOITA ATÉ A ENTRADA DO BANGALÔ ATÉ A ESCOLA FÉ ESPERANÇA.SEI	MANHÃ/ TARDE	Yanmar NSB 18 Barco	DIESEL	3.248	203
76	SAÍDA DE SUA RESIDÊNCIA QUE E A ULTIMA CASA ENTRA NO RIO FURINHO E VOLTA ATÉ A ESCOLA. E NA SAÍDA FAZ O MESMO TRAJETO.	TARDE	Yanmar NSB 18 Barco	DIESEL	2.436	203
77	DEM DO RIO LARANJAL ATÉ O RIO PARANAQUARA E RETORNA A ESCOLA	TARDE	Yanmar NSB 18 Barco	DIESEL	1.624	203
78	SAI DE SUA RESIDÊNCIA VAI PARA O RIO AMAZONAS ATÉ ANTÔNIO REIS QUE E A ÚLTIMA CASA VOLTA E ENTRA NO RIO FURINHO E VOLTA ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ	Yamaha 40 HP Lancha	GASOLINA	3.857	203
79	SAI DE SUA RESIDÊNCIA NO RIO LARANJAL ATÉ O RIO ARAPAPÁ E VOLTA ENTRA NOVAMENTE ATE O ULTIMO MORADOR DO RIO LARANJAL E RETORNA A ESCOLA.	MANHÃ	Yanmar NSB 18 Barco	DIESEL	1.218	203
80	DE DENTRO DO CUJÁI ATÉ A ESCOLA MARIA IVETE /SEI	MANHÃ/ TARDE	Kawashima 15 HP Rabetá	GASOLINA	812	203
81	SAI DO PRAÇAÍ ATRAVESSA A ROTA PEGANDO OS ALUNOS RIBEIRINHOS ATÉ A COMUNIDADE SÃO JOÃO DA MARINHA E RETORNA PRA ESCOLA.	TARDE	Yamaha 90 HP Lancha	GASOLINA	6.090	203
82	COMUNIDADE MATUIM ATÉ A ESCOLA	MANHÃ/ TARDE	Kawashima 15 HP Rabetá	GASOLINA	1.421	203
83	ATALHO DO CANAL DO JARÍ ATÉ A ESCOLA	MANHÃ/ TARDE	Kawashima 15 HP Rabetá	GASOLINA	1.218	203
84	COMUNIDADE ESPIRITO SANTO/COMUNIDADE CUJÁI ATÉ A ESCOLA	MANHÃ/ TARDE	Motor 22 Barco	DIESEL	1.624	203
85	COMUNIDADE ILHA DE SÃO PAULO/COMUNIDADE SÃO JOSE/ ATÉ A ESCOLA. SEI	MANHÃ/ TARDE	Kawashima 15 HP Rabetá	GASOLINA	2.436	203

**Prefeitura Municipal de Almeirim**  
*Estado do Pará*  
*Poder Executivo*

86	COMUNIDADE ARROZAL / COMUNIDADE SÃO JOÃO DA MARINHA E RETORNA ATÉ A ESCOLA	MANHÃ/ TARDE	Motor 11 Barco	DIESEL	4.466	203
87	RIBEIRINHOS DO AMAZONAS (PARTE DE BAIXO) ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ/ TARDE	Lancha 40 hp	GASOLINA	5.684	203
88	RIO RIBEIRINHO DO AMAZONAS (PARTE DE BAIXO) ATÉ A ESCOLA	MANHÃ/ TARDE	Kawashima 15 HP Rabetá	GASOLINA	2.436	203
89	RIBEIRINHOS PARTE DE CIMA DO AMAZONAS	MANHÃ	Kawashima 15 HP Rabetá	GASOLINA	406	203
90	PARTE DE BAIXO DO JÁU (COSTA DO AMAZONAS) RIBEIRINHOS DO COMANDAIZINHOS	MANHÃ	Motor 15 HP Lancha	GASOLINA	2.842	203
91	PARTE DE CIMA DO RIBEIRINHOS DO COMANDAIZINHO ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ	Motor 15 HP Rabetá	GASOLINA	2.030	203
92	ACARAQUISAUJA BEIRA DO AMAZONAS ATÉ A ESCOLA	MANHÃ/ TARDE	Motor 15 HP Lancha.	GASOLINA	3.045	203
93	RIO MARACUJÁ.	MANHÃ/ TARDE	Motor 15 HP Rabetá	GASOLINA	1.624	203
94	VAI ATÉ O PIRANEMA, ENTRA EM 5 RIOS, FAZENDO 6 VIAGENS. FURO GRANDE, CAPIRARA, FURO DA PRAIA, ESPALHOL, TAMBAQUI	MANHÃ/ TARDE	Yamaha 90 HP Lancha grande	GASOLINA	14.210	203
95	VILA NOVA ATÉ A COMUNIDADE SARACURA, ESCOLA SÃO JOÃO	MANHÃ/ TARDE	Honda 15 HP. Rabetá	GASOLINA	1.218	203
96	CANAL DO GARROTE / ILHA DE SÃO PAULO RIBEIRINHOS ATÉ COMUNIDADE SARACURA, ESCOLA SÃO JOÃO	MANHÃ/ TARDE	Kawashima 13 HP Rabetá	GASOLINA	2.436	203
97	PEGAR OS ALUNOS RIBEIRINHOS DA COMUNIDADE MARIUM, ATRAVESSA A ILHA E RETORNA ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ	Kawashima 15 HP Rabetá	GASOLINA	2.030	203
98	FAZ TODO O RETORNO DA ILHA.	TARDE	Toyanna 6 ½ rabetá	DIESEL	1.218	203
99	PEGAR PARA O ARAPAPAR E PEGA OS ALUNOS RIBEIRINHOS ATÉ A ESCOLA.	TARDE	Barco Motor 11	DIESEL	2.030	203
100	MARGEM ESQUERDA DO RIO COMANDAÍ GRANDE ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ/ TARDE	Toyanna 15 HP. Barco	GASOLINA	2.030	203
101	MARGEM DIREITA DO RIO COMANDAÍ GRANDE COM RETORNO ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ	Yanmar NSB 18 Barco	GASOLINA	2.030	203
102	DENTRO DO RIO COMANDAÍ GRANDE ATÉ A ESCOLA	TARDE	Motor 40 HP Lancha	GASOLINA	2.436	203
103	COMANDAÍZINHO ATÉ O IGARAPÉ PRETO COM RETORNO A ESCOLA	MANHÃ	Lancha 20 4tempo	GASOLINA	3.654	203
104	DE SUA RESIDÊNCIA VAI ATÉ O BAIXO AMAZONAS, SOBE PARA DEIXA OS ALUNOS NA ESCOLA E SOBE O AMAZONAS PARA PEGAR O RESTANTE DE ALUNOS DA PARTE DE CIMA. LEVANDO	MANHÃ/ TARDE	Honda 15 HP. Rabetá	GASOLINA	1.421	203
105	BEIRA DO RIO AMAZONAS ATÉ A ESCOLA	MANHÃ/ TARDE	Honda HP. Rabetá	GASOLINA	1.218	203
106	DA BOCA DO PARANÁ DO RIO ATÉ A ESCOLA	MANHÃ/ TARDE	Tobata 22 Barco	DIESEL	2.436	203
107	COSTA DO AMAZONAS SUBINDO RODEANDO/ DESCER POR DENTRO DO RIO RIBEIRINHOS / ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ/ TARDE	Mega honda 13 Rabetá	GASOLINA	2.639	203

**Prefeitura Municipal de Almeirim**  
*Estado do Pará*  
**Poder Executivo**

108	SAI DE SUA RESIDÊNCIA PEGANDO OS ALUNOS NA MARGEM DO IGARAPÉ ATÉ A ESCOLA.	TARDE	Kawashima 15 HP Rabetá	GASOLINA	1.218	203
109	SAI DE SUA RESIDÊNCIA PEGANDO OS ALUNOS NA MARGEM DO GARAPÉ ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ	Kawashima 15 HP Rabetá	GASOLINA	1.218	203
110	COMUNIDADE ARIRAMBA, RIBEIRINHOS ATÉ A COMUNIDADE PESQUISA, ONDE FICA A ESCOLA.	TARDE	Yannma 11 NSB Barco	DIESEL	2.030	203
111	COMUNIDADE GOIABAL / FAZENDINHA / ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ/ TARDE	Motor 6 HP Rabetá	GASOLINA	507,5	203
112	SOBE O ARIRAMBA PEGANDO OS ALUNOS RIBEIRINHOS ATÉ A FREGUESIA	MANHÃ/ TARDE	Motor 6 HP Rabetá	GASOLINA	1.218	203
113	COMUNIDADE CUITEZINHO / RIBEIRINHOS ATÉ A ESCOLA	TARDE	Yannma 18 NSB Barco	DIESEL	2.436	203
114	COMUNIDADE CUITEZINHO / RIBEIRINHOS ATÉ A ESCOLA	MANHÃ	Yannma 11 NSB Barco	DIESEL	2.436	203
115	RIBEIRINHOS DA COMUNIDADE ARATICUM L ATÉ A ESCOLA.	MANHÃ	Yannma 18 NSB Barco	DIESEL	2.639	203
116	SANTA JULIA / BOM JESUS ATÉ A ESCOLA.	TARDE	Honda 9 HP. Rabetá	GASOLINA	2.436	203
<b>RODOVIA</b>						
117	RAMAL DA GOELA/SERRA BITUBA/ RODOVIA / GUETE	MANHÃ/ TARDE	CHEFROLET-VERANEIOi	DIESEL	4.466	203
118	RAMAL KM 30/ RODOVIA /RAMAL DO BASE.	MANHÃ/ TARDE	Combi	GASOLINA	3.857	203
119	COMARA	TARDE	CARRO COM 4 LUGARES	GASOLINA	1.421	203
<b>ZONA RURAL PARÚ</b>						
120	ILHA JOÃO BATISTA, CAJUEIRO ATÉ ESC. FRANCISCO MOURA	MANHÃ/TARDE	40 HP	GASOLINA	2.436	203
121	BOA ESPERANÇA, FAZ.CUJAI, RIBEIRINHO DO ARUMÃ ATE ESC.SANTA CRUZ	MANHÃ/TARDE	18 YAMAHA	DIESEL	2.030	203
122	RIBEIRINHO, JURUTUNA, BELA VISTA, ITANDUBA ATÉ ESC. SANTA CRUZ	TARDE	47 YAMAHA	DIESEL	4.060	203
123	JURUTUNA E RIBERINHO DO BELA VISTA	MANHÃ	13 HONDA	GASOLINA	1.624	203
124	7 IRMÃO RIBERINHO DO RIO ARUMÃ	TARDE	6.5 HONDA	GASOLINA	1.421	203
125	ESCONDIDINHO E RIBERINHO DO PARÚ	MANHÃ/TARDE	13 HONDA	GASOLINA	2.436	203
126	FAZENDA MAGUARI, RIBERINHO DO PARÚ E ITANDUBA	MANHÃ/TARDE	13 TOYAMA	GASOLINA	2.030	203
127	RIBEIRINHO DO RIO ARUMÃ	MANHÃ	6.5 HONDA	GASOLINA	1.015	203
128	JAPUCAI, CACHORRO QUEIMANDO, ITAÚ, PRACAXI, UXIZAL ATÉ ESC.MARILENE	TARDE	22 YAMAHA	GASOLINA	3.045	203
129	RIBEIRINHO DO RIO PARÚ ATÉ A ESC. MARILENE	MANHÃ/TARDE	9 HP	GASOLINA	2.030	203
130	JAPUCAI, CACHORRO QUEIMANDO,	MANHÃ	18 YAMAHA	DIESEL	2.436	203

**Prefeitura Municipal de Almeirim**  
*Estado do Pará*  
*Poder Executivo*

	ITAÚ, PRACAXI, UXIZAL ATÉ ESC.MARILENE					
131	PARICA E RIBEIRINHO DO RIO PARÚ	MANHÃ/TARDE	13 HONDA	GASOLINA	1.624	203
132	SANTINHO RIBEIRINHO DO PARÚ ATÉ ESC.BARREIRAS	MANHÃ/TARDE	22 YAMAHA	DIESEL	4.060	203
133	JAPUCAI, CACHORRO QUEIMANDO, ITAÚ, PRACAXI, UXIZAL ATÉ ESC.BARREIRAS	TARDE	18 YAMAHA	DIESEL	3.045	203
134	RIBEIRINHO DO RIO PARÚ ATÉ ESC. BARREIRAS	MANHÃ/ NOITE	40 HP	GASOLINA	4.060	203
135	CAUATEUA E RIBERINHOS DO RIO PARÚ ATÉ ESC.BARREIRAS	MANHÃ/ TARDE	18 YAMAHA	DIESEL	1.624	203
136	ACAPUMUM E RIBEIRINHO DO RIO PARÚ	TARDE	9 HONDA	GASOLINA	2.436	203
137	SANTA ROSA E RIBEIRIM DO RIO PARÚ	MANHÃ/TARDE	18 YAMAHA	DIESEL	2.436	203
138	RAMAL DO GUIMARAES, R. DO BODA, R.JOSIEL, R.DO DONGA E RAMAL DO TEOFÓ	MANHÃ/TARDE	KOMBE	GASOLINA	2.436	203
139	PRACAXI E RIBEIRINHO DO SANTA MARIA	TARDE	9 HONDA	GASOLINA	2.030	203
140	RIBEIRINHO DO RIO PARÚ ATÉ ESC. SANTA MARIA	MANHÃ/TARDE	18 YAMAHA	DIESEL	2.030	203
141	RIBEIRINHO DO RIO PARÚ ATÉ ESC. ALFREDO GANTUSS E FREI MARCOS	TARDE	15 HP	GASOLINA	2.436	203
142	RIBEIRINHO DO RIO ACAPUMUM	MANHÃ/TARDE	9 HP	GASOLINA	2.436	203
143	RIBEIRINHO DO COMUNIDA MURUÁ ATÉ A ESC. ALFREDO GANTUSS	MANHÃ/TARDE	13 HP	DIESEL	2.436	203
144	COMUNIDADE FREIMARCOS RIBEIRINHO DO RIO PARU ATE A ESCOLA ALFREDO GANTUSS	MANHÃ/TARDE	13 HP	GASOLINA	1.624	203
145	RIBEIRINHO DA COMUNIDADE PARAISO ATÉ ESC. S. SEBASTIÃO ACARAPI	TARDE	24 YAMAHA	DIESEL	1.624	203
146	RIBEIRINHO DO RIO IRARI	TARDE	15 HP	GASOLINA	1.624	203
147	RIBEIRINHO DO RIO ACARAPI	MANHÃ	9 HONDA	GASOLINA	1.218	203
148	RIBEIRINHO DA COMUNIDADE PARAISO ATÉ ESC. S. SEBASTIÃO ACARAPI	MANHÃ	24 YAMAHA	DIESEL	1.624	203
149	ACARAPI E RIBEIRINHO DO RIO PARÚ	TARDE	9 HP	GASOLINA	1.218	203
150	SÃO RAIMUNDO DO CACAU, FURO DO PINAREÉ, CATABAÚ, RECREIRIO (SEI) ATÉ ESC. S. SEBASTIÃO CAFEZAL	MANHÃ/ TARDE	90 HP	GASOLINA	8.120	203
151	RIBEIRINHO DO XINGÚ	MANHÃ/TARDE	10 HP	GASOLINA	2.030	203
152	RIBEIRINHO DO RIO ARUMÁ	MANHÃ	6.5 TOYAMA	GASOLINA	812	203
153	CASTANHEIRA, NOVA OLINDA E RIBEIRINHO DO RIO ARUMÁ	TARDE	6.5 TOYAMA	GASOLINA	1.015	203
154	RIBEIRINHO DE CIMA E DE BAIXO DO RIO ACAPUMUM	MANHÃ/ TARDE	13 HP	GASOLINA	2.030	203
155	RIBEIRINHO DE CIMA E DE BAIXO DO RIO IRARI	MANHÃ/ TARDE	13 HP	GASOLINA	1.421	203
156	RIBEIRINHO DE CIMA E DE BAIXO DO RIO MARAUARU	MANHÃ/TARDE	6.5 HONDA	GASOLINA	1.624	203

157	RIBEIRINHO DE CIMA E DE BAIXO DO RIO MARAUARU	MANHÃ	6.5 HONDA	GASOLINA	1.218	203
-----	---	-------	-----------	----------	-------	-----

#### 5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- prestar os serviços nas especificações contidas no contrato administrativo;
- pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços vendidos;
- manter, durante a execução do contrato administrativo, as mesmas condições de habilitação;
- aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto da proposta;
- prestar os serviços no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- realizar os serviços dentro dos padrões exigidos neste termo;
- manter durante a execução do Contrato assinado, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

#### 6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto contratado;
- aplicar à **Contratada** penalidade, quando for o caso;
- prestar à **Contratada** toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato administrativo;
- efetuar o pagamento à **Contratada** no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal e recibo no setor competente;
- notificar, por escrito, à **Contratada** da aplicação de qualquer sanção.

#### 7 - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. Os preços do item para a prestação dos serviços será os estipulados na adjudicação da Proposta da licitante vencedora, sendo que, o valor de cada compra será o valor da verba disponível.

7.2. O preço do item contratado será pago à adjudicatária nas condições estipuladas na minuta do contrato administrativo, em até 30 (trinta) dias corridos do mês seguinte ao da prestação dos serviços, após a execução e aceitação do objeto deste termo, se nenhuma irregularidade for constatada; acompanhados da Nota Fiscal/Fatura e Recibo, com as respectivas notas de realização e relatório da prestação dos serviços solicitados.

#### 8 - REAJUSTES DE PREÇOS:

8.1. Os preços pertinentes ao contrato administrativo poderão ser reajustados na vigência do mesmo, desde que justificados de forma clara e convincente, dentro dos parâmetros legais, tomando como base de cálculo os índices em vigor (IPC/IGPM), em conformidade com os estabelecidos no inciso II "d" do Art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais legislações aplicáveis.

8.2. A licitante vencedora comunicará, por escrito, solicitando as alterações de preços e a data de início da vigência dos mesmos, a fim de que a administração pública municipal possa fazer uma análise do pedido juntamente com a assessoria jurídica.

8.3. Sempre que houver alteração nos preços dos serviços, seja motivada por elevação do preço para os fabricantes/fornecedores, por redução ou por simples promoção temporária, essa alteração será registrada por simples apostila no verso deste contrato.

#### **9 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

- 9.1. Comete infração administrativa nos termos da 8.666/93 e a Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo;
  - cometer fraude fiscal;
- 9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
  - multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
  - multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município de Almeirim pelo prazo de até cinco anos;
  - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 9.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 9.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



9.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

a) Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **10 - DO CANCELAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

10.1 - Constitui motivos para o cancelamento do Pedido e/ou Nota de Empenho:

- a) O não cumprimento de cláusulas deste anexo, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas deste anexo, especificações ou prazos;
- c) A lentidão no cumprimento do acordado, levando a Secretaria Executiva de Educação de Almeirim a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço dos itens, no prazo estipulado;
- d) O atraso injustificado na execução do objeto;
- e) A paralisação da entrega e/ou instalação dos itens, sem justa causa ou prévia comunicação a Secretaria Executiva de Educação de Almeirim;
- f) A subcontratação total ou parcial do objeto, associação com outrem, à sessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução do acordado, sem prévio conhecimento e autorização da Secretaria Executiva de Educação de Almeirim;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Fiscalização, assim como a de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da Secretaria Executiva de Educação de Almeirim, designado para acompanhamento e fiscalização deste objeto;
- i) A decretação de falência;
- j) A dissolução da empresa contratada;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa do município, e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato administrativo;
- l) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado a empresa contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Secretaria Executiva de Educação de Almeirim, decorrente de serviço efetuado, salvo no caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado a empresa contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste anexo.
- o) Descumprimento do disposto no inciso V do Art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

#### **11 - PUBLICIDADE:**

11.1. Os extratos dos instrumentos (Edital e Contrato Administrativo) serão publicados no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO e no QUADRO DE AVISOS da Prefeitura Municipal de Almeirim, Estado do Pará.

#### **12 - DO FORO:**

12.1. Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou ações decorrentes deste Edital e do Contrato Administrativo, fica eleito pelos licitantes o Foro da Comarca de Almeirim/PA, com a renúncia de qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição que tenham ou venham a ter.

Almeirim/PA, 12 de abril de 2023.

Autoridade Competente:

**ALDENIS RODRIGUES DA SILVA**  
Secretaria Executiva de Educação

**Prefeitura Municipal de Almeirim**  
*Estado do Pará*  
*Poder Executivo*

ANEXO II

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 008/2023**

A

Prefeitura Municipal de Almeirim Depto de  
Licitação

Prezado Sr. Pregoeiro:

A Empresa \_\_\_\_\_ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, propõe à Prefeitura Municipal de Almeirim, a execução dos serviços abaixo indicados, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

a) Preços:

Nº	Descrição dos Serviços	UND	Qtde	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
xx	XXX X	KM	xxx	xxxxxxx	0,00	00,00
Total Global:						<b>00,00</b>

**Valor total da proposta R\$ 00,00 ( -----)**

b) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços desta Licitação.

c) O prazo de execução dos serviços é de\_ ( ) a contar do recebimento da nota de empenho ou ordem de serviço.

d) A prestação do serviço será feita nos locais indicados pela Secretaria Executiva de Educação, mediante a apresentação da solicitação/ordem de serviço, sem nenhum ônus para essa Prefeitura.

e) Prazo de validade da proposta: (no mínimo de 90 dias).

f) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a nota de empenho/ordem de compra/serviço no prazo determinado no Edital, indicando para esse fim o Sr. \_\_\_\_\_, Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, (função na empresa), como responsável legal desta empresa.

g) Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente). A falta dessas informações será critério de invalidação da Proposta.

a) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome e Cargo do Representanda Empresa RG nº \_\_\_\_\_

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 008/2023

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE ALMEIRIM/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, entidade de Direito Público, com CNPJ nº 23.730.232/0001-09, com sede à Rodovia Almeirim Panaicá, nº 510, Centro, Almeirim, Estado do Pará, ora denominado de **CONTRATANTE**, representada pelo Sr. **ALDENIS RODRIGUES DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 4278089 – SSP/PA, e CPF nº 757.742.242-87, residente e domiciliado na cidade de Almeirim/PA, do outro lado a(s) empresa(s) xxxxxxxx inscrita com CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, denominada **CONTRATADA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº. 008/2023**, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, pela Lei Federal no 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

**CLAUSULA PRIMEIRA**

**DO OBJETO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços que objetiva a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE E FLUVIAL, AFIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E SEUS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM/PA. Nº 008/2023**, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas.

**CLAUSULA SEGUNDA**

**DO PREÇO**

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na cláusula terceira deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de prestação de serviço em igualdade de condições.

**CLAUSULA TERCEIRA**

**DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

3.1 – Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de

justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de serviço;

- a) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.
- b) Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- c) Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.
- d) A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração de seus encargos.
- e) Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada

3.3.1 – Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.3.2 – Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.3.3 – Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria Executiva de Educação de Almeirim, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

#### **CLAUSULA QUARTA**

##### **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

4.1.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 – O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

#### **CLAUSULA QUINTA**

##### **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pela prestação dos serviços; adquiridos, até o trigésimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - O pagamento far-se-á por meio de transferência bancária na conta do contratado.

5.3 – Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.4 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores;

5.5 – Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

5.6 – A eventual inadimplência de um dos órgãos participantes desta Ata não produzirá efeitos quanto aos demais.

5.7 - A Nota Fiscal deverá vir acompanhada da Certidão de INSS, FGTS e Trabalhista sob pena de não recebimento.

#### **CLAUSULA SEXTA**

##### **DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS**

6.1- O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Flanelógrafo da Prefeitura Municipal.

6.2 – O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de serviço, e como termo final o recebimento definitivo pela prestação dos serviços, pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I.

#### **CLAUSULA SETIMA**

##### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da ordem de emissão de serviço.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Órgão:	05 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade:	0501 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	12.122.0009.2.117 – Manut. da Secret. Exec. de Educação. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15001001. 12.122.0009.2-118 – Manut. do Fundo Municipal de Educação – FME. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15001001. 12.361.0009.2-131 – Manut. Ativ. do Salário Educação – QSE. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15700000. 12.361.0012.2-145 – Manut. do Transp. Escolar PNATE – Ensin. Fundamental. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15530000. 12.361.0012.2-146 – Manut. do Transp. Escolar PNATE – com Salário Educação – QSE. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15500000. 12.362.0012.2-149 – Manut. do Transp. Escolar Ens. Médio. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15001001. 12.362.0012.2-150 – Manut. do Transp. Escolar – CONV. ESTADO – Ens. Médio. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15710000. 12.365.0012.2-158 – Manut. do Transp. Escolar PNATE - Educação Infantil. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15530000.
Órgão:	06 – FUNDEB - ALMEIRIM
Unidade:	0601 – FUNDEB - ALMEIRIM
Ação:	12.361.0012.2-168 - Manut. do Transporte Escolar – ens. Fund. 30%. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15410000. 12.365.0012.2-173 - Manut. do Transporte Escolar – Ens. Infantil 30%. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15400000.

#### CLAUSULA OITAVA

##### DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE SERVIÇO

8.1 - A emissão da Ordem de Serviço constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93.

8.2 - Quando houver necessidade pela prestação dos serviços por algum dos órgãos participantes da Ata, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para receber a ordem de serviço no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a receber a ordem de serviço ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de serviço ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem pela prestação dos serviços ao preço e nas mesmas condições da primeira colocada, observada a ordem de classificação.

#### CLAUSULA NONA

##### DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

9.1 O objeto do presente termo de referência será entregue de FORMA PARCELADA de acordo com as necessidades da Secretaria Executiva de Educação do Município de Almeirim - PA.

9.2 O serviço solicitado deverá ser prestado nos dias e locais definidos pela CONTRATANTE, na Cidade de

Almeirim e no distrito de Monte Dourado, sem qualquer custo para a execução do serviço, conforme cronograma de entrega definido, e será acompanhada por fiscal designado especialmente para tal fim, o qual será responsável pelo atesto do ato;

9.3 O transporte escolar será executado na zona urbana e rural com destino as escolas, através de ônibus, micro ônibus, vans, Kombi, conforme especificações constantes no Termo de Referência, e Anexos, que passam a fazer partes integrantes de processo independente de transcrição:

a) Caberá à Divisão de Transporte, a responsabilidade de gerenciar os serviços, fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas e linhas percorridas, além de verificar o número de alunos que serão indicados na planilha de atendimento fornecida pela assessoria da SEDUC, conforme as informações dos diretores.

b) Os serviços serão executados através de veículos tipo Ônibus, micro ônibus, vans, Kombi e embarcações, apropriados, em turnos alternados, trafegando em estradas pavimentadas, não pavimentadas, ramais, rios, lagos e igarapés, e estarem em perfeito estado de uso e conservação seguindo o que rege a legislação própria para o fornecimento do serviço além de estarem disponíveis para execução imediata após a comunicação formal desta Secretaria, sendo que os serviços serão executados nos dias letivos, hora e locais que serão estabelecidos pela Secretaria Executiva de Educação deste Município, podendo haver alterações dos mesmos a qualquer hora e momento, desde que haja necessidade e que esteja de comum acordo.

c) As ROTAS poderão por necessidades e conveniência da Secretaria Executiva de Educação ser complementadas aos sábados em que as escolas considerarem como suplemento do ano letivo.

d) Os veículos e embarcações deverão estar em perfeito estado de conservação e com as manutenções em dias.

e) Os veículos e embarcações deverão estar seguindo rigorosamente o que tange a legislação de trânsito e da NORMAN que rege as embarcações Marítimas.

f) Os motoristas e marinheiros que conduzirem o Transporte Escolar, deverão estar devidamente habilitados em suas categorias.

g) Os motoristas e marinheiros que conduzirem o Transporte Escolar, deverão estar vestidos adequadamente para atender os alunos, tratando-os de forma respeitosa sem qualquer tipo de envolvimento além do profissional.

h) É necessário salientar que existe uma diferença de gastos com o transporte, quando o mesmo trafega em estradas pavimentadas e estradas não pavimentadas, nos barcos o gasto aumenta de acordo com a lotação, potência do motor, tipo de percurso, assim a empresa que concorrer deverá ter conhecimento do percurso, para depois não alegar que não poderá realizar o transporte.

i) As embarcações tipo bajaranas deverão ser cobertas, identificadas com o dístico de ESCOLAR e com todos os itens de segurança cobrados pela legislação.

j) Os veículos tipo ônibus, Micro ônibus, Vans e Kombi, destinados ao transporte escolar deverão seguir a legislação vigente, que entre os artigos cobra, cinto de segurança, extintores, controladores de velocidade (tacógrafo), coletes salva vidas, dístico de identificação de veículo ESCOLAR entre outros.

k) As empresas contratadas para execução dos serviços de Transporte de Escolares, deverão apresentar a Divisão de Transporte, cópia de documentação:

- Habilitação do condutor na categoria adequada.
- Curso de condutor de transporte de Escolares Documentação dos veículos atualizada.
- Carteira de Marítimo adequada ao transporte.
- Título atualizado da embarcação.

l) Fica a cargo da Divisão de Transporte alterar caso necessário e após verificação a descrição das rotas ou



quilometragem de percurso seja para acrescentar ou retirar.

m) O Contratado deverá arcar com todas as despesas vindas da prestação do serviço, tais como combustível.

9.4 A prestação dos serviços deverá ocorrer em até 12 (doze) horas após a solicitação, que se dará pelo órgão requisitante, conforme necessidade da contratante;

9.5 – A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pela prestação dos serviços, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos deste contrato e pela atestação provisória e/ou definitiva dos mesmos em até 05 (cinco) dias consecutivos.

#### **CLAUSULA DÉCIMA**

##### **DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

10.1 - Compete à Contratada:

- a) Realizar a prestação dos serviços de acordo com as condições e prazos propostos e fornece-los dentro do período da validade;
- b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei nº 8.666/93 e alterações;

10.2 - Compete à Contratante:

- a) Efetuar o pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;
- b) Definir o local para prestação dos serviços adquiridos;
- c) Designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo acompanhamento e fiscalização pela realização dos serviços adquiridos.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

##### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

11.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

11.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

##### **DA RESCISÃO**

12.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

#### **CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

##### **DOS ADITAMENTOS**

13.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da CONTRATANTE.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA  
DOS RECURSOS**

14.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA  
DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

15.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo (a) Secretaria Municipal de Administração, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar à execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

**CLAUSULA DÉCIMA SEXTA  
DO FORO**

16.1 - Fica eleito o foro de Almeirim - PA, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 - E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Almeirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
PREFEITA DE ALMEIRIM  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO

ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 008/2023\_\_\_\_, celebrada entre a Secretaria Executiva de Educação de Almeirim e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do Pregão Eletrônico Nº 008/2023.

RELAÇÃO DOS ITENS

Itens	Especificações	Um	Quant. Min.	Quant. Max.	Marca	Valor Unit. R\$

Almeirim, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
PREFEITA DE ALMEIRIM

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

ANEXO IV  
MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 008/2023

TERMO DE CONTRATO Nº. 008/2023\_\_\_, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2023\_\_\_, PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE E FLUVIAL, AFIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E SEUS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM/PA, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E A PESSOA JURÍDICA ABAIXO NOMEADA, CONFORME SE DECLAMAM.

O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, entidade de Direito Público, com CNPJ nº 23.730.232/0001-09, com sede à Rodovia Almeirim Panaicá, nº 510, Centro, Almeirim, Estado do Pará, ora denominado de **CONTRATANTE**, representada pelo Sr. **ALDENIS RODRIGUES DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 4278089 – SSP/PA, e CPF nº 757.742.242-87, residente e domiciliado na cidade de Almeirim/PA, do outro lado a(s) empresa(s) xxxxxx inscrita com CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Sr(a)\_\_\_\_\_, Brasileiro(a), Portador(a) da Cédula de Identidade nº. \_\_, e inscrito no CPF/MF sob o nº. \_\_\_\_, firmam o presente Termo, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Registro de preços que objetiva a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE E FLUVIAL, AFIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E SEUS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM/PA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

2.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à quantia supra de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_), referente aos quantitativos contratados descritos na tabela abaixo,

ITEM	DESCRIÇÃO		UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL: R\$						

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

3.1. O presente Termo vigorará pelo período de\_\_ (\_\_\_) \_\_, com início em \_\_ de\_\_ de 2023, e término em \_\_ de de 2023, atendendo aos quantitativos descritos e ao prazo vigente da ata de Registro de Preços /2023.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas de execução do presente instrumento correrão por conta do orçamento vigente da CONTRATANTE, com as seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Órgão:	05 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade:	0501 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação:	12.122.0009.2.117 – Manut. da Secret. Exec. de Educação. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15001001. 12.122.0009.2-118 – Manut. do Fundo Municipal de Educação – FME. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15001001. 12.361.0009.2-131 – Manut. Ativ. do Salário Educação – QSE. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15700000. 12.361.0012.2-145 – Manut. do Transp. Escolar PNATE – Ensin. Fundamental. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15530000. 12.361.0012.2-146 – Manut. do Transp. Escolar PNATE – com Salário Educação – QSE. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15500000. 12.362.0012.2-149 – Manut. do Transp. Escolar Ens. Médio. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15001001. 12.362.0012.2-150 – Manut. do Transp. Escolar – CONV. ESTADO – Ens. Médio. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15710000. 12.365.0012.2-158 – Manut. do Transp. Escolar PNATE - Educação Infantil. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15530000.
Órgão:	06 – FUNDEB - ALMEIRIM
Unidade:	0601 – FUNDEB - ALMEIRIM
Ação:	12.361.0012.2-168 - Manut. do Transporte Escolar – ens. Fund. 30%. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15410000. 12.365.0012.2-173 - Manut. do Transporte Escolar – Ens. Infantil 30%. 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica / Fonte do Recurso: 15400000.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Para realização dos serviços adquiridos proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências da CONTRATANTE:

5.1.1 - A CONTRATADA realizará o serviço, mediante a apresentação de “Ordem de Serviço” (em duas vias), assinadas por servidor responsável e devidamente datado e autorizado pelo setor competente; e

5.1.2 - A “Ordem de Serviço” deverá ser devidamente atestada quanto ao seu recebimento pela CONTRATADA.

5.2 - A execução do objeto deverá ser realizada de acordo com a especificação do termo de Referência.

5.3 - As condições estabelecidas neste termo estendem-se em seu todo para a prestação dos serviços especificados no termo de referência anexo a este contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

- 6.1 - As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2 - A CONTRATADA deve:
- 6.2.1 Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;
  - 6.2.2 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes da prestação dos serviços, como: tributos, impostos, encargos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária;
  - 6.2.3 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
  - 6.2.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
  - 6.2.5 Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos moldes do Art. 70, da Lei nº. 8.666/93, que no caso do presente objeto se verificará através dos atos praticados ou omissão de seus funcionários ou prepostos, no exercício ou em virtude da atividade CONTRATADA, devendo ser imediatamente ressarcido;
  - 6.2.6 Relatar a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da realização dos serviços e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados;
  - 6.2.7 Realizar os serviços dentro das melhores condições, zelo e ética, com assiduidade e pontualidade, garantia e qualidade, obedecendo rigorosamente aos itinerários e horários estabelecidos pela CONTRATANTE;
  - 6.2.8 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: salários, seguro de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei;
  - 6.2.9 Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do contrato;
  - 6.2.10 Apresentar da prestação dos serviços com os itens descritos no termo de referência;
- 6.3 São expressamente vedadas a CONTRATADA:
- 6.3.1 A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
  - 6.3.2 A subcontratação ou a transferência a terceiros, por qualquer forma, da execução do objeto deste contrato, sem prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE; e
  - 6.3.3 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.
- 6.4 A CONTRATANTE deve:
- 6.4.1 Expedir as Ordens de Serviços;
  - 6.4.2 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato;
  - 6.4.3 Designar servidores da CONTRATANTE para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do Art. 67, da Lei nº. 8.666/93;

6.4.4 Notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção; e

6.4.5 Providenciar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos dos serviços pelo Setor Responsável.

#### **CLÁUSULA SETIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 - Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo (a) titular da **Secretaria Executiva de Educação de Almeirim** ou por representante da CONTRATANTE, devidamente designado para esse fim.

7.2 - Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, para representa-lo sempre que for necessário.

7.3 - A atestação de conformidade pela realização dos serviços, objeto deste contrato, cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

8.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Art. 65, da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### **CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO**

9.1 - A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79, da Lei n.º 8.666/93.

9.2 - A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão com as consequências contratuais previstas em lei.

9.3 A rescisão do presente contrato poderá ser determinada por ato unilateral e restrito da CONTRATANTE.

9.4 - O contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

9.5 - Independentemente do disposto nesta cláusula, o contrato poderá ser rescindido por livre decisão da CONTRATANTE, a qualquer época, sem que caiba a CONTRATADA o direito de reclamação ou indenização a qualquer título, garantindo-lhe apenas o pagamento dos serviços prestados e devidamente recebido.

9.6 - No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas relativas à sua defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

10.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, subsidiariamente pela Lei n.º 10.520/02, no Decreto Federal N.º 7.892/13.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

11.1 A CONTRATADA deverá apresentar junto à entrega do objeto ou a realização dos serviços solicitados nota fiscal para conferência e aceito, sob pena de devolução da nota, do objeto ou recusa dos serviços, abrindo o prazo

de 24 (Vinte e quatro horas) para reposição dos mesmos.

11.2 A CONTRATADA deve emitir a nota fiscal/fatura relativa a prestação dos serviços em 2 (duas) vias, que deverá ser entregue na **Secretaria Executiva de Educação de Almeirim**, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada das seguintes comprovações:

11.2.1 Certidão Negativa de Débitos da Previdência Social - CND;

11.2.2 Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;

11.2.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e

11.3 A nota fiscal/fatura emitida deverá conter informações relativas à quantidade unitária dos serviços prestados e quantidade total.

11.4 A nota fiscal/fatura não deverá conter arredondamentos de valores.

11.5 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE até o 30º. (trigésimo) dia útil do mês subsequente após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pela Contratante, vedada a antecipação.

11.6 Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

11.6.1 Conferência e aprovação do pré-faturamento mensal e atestação em conformidade com a realização dos serviços;

11.6.2 Comprovação de regularidade junto à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS - CRF.

11.7 Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

11.7.1 A contagem do prazo para pagamento será reiniciado e contado da reapresentação e protocolização junto a **Secretaria Executiva de Educação de Almeirim** do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional a CONTRATANTE, nem deverá haver prejuízo do realização dos serviços pela CONTRATADA.

11.8 A CONTRATANTE não fica obrigada a adquirir os serviços na totalidade do valor e das quantidades estimadas para a contratação, realizando o pagamento de acordo com a execução efetivo dos serviços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

12.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Art. 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e do Termo de Referência, anexo do Edital.





**Prefeitura Municipal de Almeirim**  
*Estado do Pará*  
*Poder Executivo*



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

13.1 Para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem da execução do presente instrumento, as partes elegem o Foro da comarca de Almeirim/PA, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 Estando as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições ora pactuadas, firmam o presente Contrato em três vias de igual teor na presença de duas testemunhas, para que produza os necessários efeitos jurídicos legais, para publicação no prazo legal como condição de eficácia.

Almeirim - Pará, \_\_\_ de \_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Prefeitura Município de Almeirim - PA

\_\_\_\_\_  
*Contratado*